

Devedores mostram decepção com os rumos do Plano Brady

Reuter

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — A decepção com os primeiros efeitos da iniciativa de redução da dívida externa dos países do Terceiro Mundo e até mesmo com as perspectivas de eficácia do Plano Brady tem sido um dos mais notáveis pontos comuns das reuniões preparatórias da assembleia semi-anual do FMI e do Banco Mundial (Bird), que começa oficialmente amanhã. Tanto funcionários das duas organizações quanto representantes dos países mais comprometidos na crise da dívida disseram que o Plano Brady criou otimismo e expectativas exagerados e agora a realidade está se mostrando diferente e muito mais dura, dando lugar a um crescente pessimismo.

Esse chamado à realidade coincide com o início, nesta semana, de uma espécie de rebeldia dos grandes bancos credores contra a iniciativa de redução da dívida, ao aumentarem significativamente suas reservas para fazer frente ao eventual não-pagamento. O J.P. Morgan, um dos principais bancos credores do Brasil, abriu o caminho da nova tendência, ao anunciar o aumento de suas reservas até 100% do que tem a receber dos países do Terceiro Mundo. Mas foi além, ao deixar evidente que este é o sinal de que não está disposto a participar de programas de redução de dívida que impliquem em concessão de dinheiro novo.

O ministro Mailson da Nóbrega participou, ontem, de uma reunião dos Grupo dos 24 (países em desenvolvimento, que costumam coordenar suas posições nas discussões do FMI e do Bird), na qual foi aprovada um documento enfatizando a necessidade de um esquema mais efetivo que o Plano Brady. O comitê interno, que dirige as políticas do FMI e do Banco Mundial, receberá uma cópia desse papel amanhã, mas vai apenas colecioná-lo junto com similares pedidos anteriores, que não deram em nada.

Insuficiente — “Apesar de sua extensa ênfase em matéria de redução de dívida, a atual estratégia (para solucionar a crise) não é em si mesma suficiente”, diz o documento do Grupo dos 24. “Em última análise”, prossegue, “uma solução duradoura para o problema da dívida implicaria num aumento da capacidade de repagamento dos países devedores, através de um maior e mais flexível fluxo de caixa, políticas econômicas e comerciais que facilitem o acesso a mercados, a manutenção dos juros a níveis moderados, assim como a aceleração dos investimentos e um ambiente externo mais favorável”.

Essa solução que os países em desenvolvimento desejam para a crise da dívida está muito longe de aparecer no cenário da realidade, onde o Plano Brady restringe-se praticamente ao voluntarismo dos bancos credores — cuja resposta parece ser



Mailson: sensibilizar bancos

cada vez mais claramente negativa. O México, país que está fixando os parâmetros para os demais interessados — como o Brasil — em se beneficiar do Plano Brady, vem encontrando sérias dificuldades para conseguir o dinheiro novo previsto no acordo acertado há dois meses com o Comitê Assessor dos Bancos Credores.

“O enfoque voluntário e baseado no mercado para redução da dívida está seriamente limitado pela falta de estruturas de apoio nas áreas das finanças governamentais, regulações e incentivos de crédito e, especialmente, por cláusulas contratuais”, segundo as quais, todos os bancos têm de se beneficiar da mesma forma, acrescenta o documento do Grupo dos 24. Para hoje, é esperada uma apreciação do mesmo problema pelo FMI, que vai divulgar seu relatório anual sobre as perspectivas da economia mundial para o próximo ano. Desta vez, espera-se um capítulo sobre o esquema de redução da dívida, já que o Fundo é um dos principais protagonistas.